



Demonstrações Financeiras

**Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil
em Minas Gerais**

CNPJ: 17.388.380/0001-86

Transparência e clareza na gestão

RELATÓRIO DO CONSELHO EXECUTIVO

Senhores(as) Associados(as),

Temos a grata satisfação de submeter à apreciação de V.S. as Demonstrações Financeiras conforme preceitua o artigo 133 cc 176 da Lei nº 6.404/1976, artigo 274 do decreto nº 3.000/1999, RIR/99, referente a 31 de Dezembro de 2011.

Tendo em vista o próprio objetivo das demonstrações financeiras, de esclarecer a situação patrimonial, econômica e suas respectivas mutações no exercício, apresentamos as Notas Explicativas.

ANFIP/MG é uma entidade sem fins lucrativos representante da classe de Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, com atuação, exclusivamente, no Estado de Minas Gerais.

Por oportuno, não poderíamos deixar de mencionar o empenho, dedicação e eficiência de todos aqueles que estiveram conosco no curso do ano. A todos vocês, associados, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços, todos que integram esta entidade, desejamos manifestar o nosso agradecimento e firme propósito de juntos envidarmos maiores esforços em busca de novas e grandiosas conquistas.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2012.

Afonso Ligório de Faria
Presidente do Conselho Executivo

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2011

ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			241.435,00
Disponibilidades	228.848,37		
Créditos a Receber	1.266,21		
Empréstimos a Receber	11.320,42		
ATIVO NÃO CIRCULANTE			185.133,31
Imobilizado	185.133,31		
TOTAL DO ATIVO			426.568,31
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			32.003,07
Obrigações Tributárias	946,18		
Obrigações Trabalhistas	16.821,31		
Obrigações Previdenciárias	6.711,44		
Contas a Pagar	7.524,14		
PATRIMONIO LÍQUIDO			394.565,24
Superávit	394.565,24		
TOTAL DO PASSIVO			426.568,31

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2011

INGRESSOS OPERACIONAIS			828.664,81
Taxa Associados Pensionista	143.934,35		
Taxa Associados Ativo-Inativos	581.313,20		
Confecções de Pastas	20,00		
Subsídio Unimed Vitória	87.000,00		
Aluguel de Imóvel	2.761,26		
Ingressos de Festas	13.636,00		
TOTAL DOS INGRESSOS			828.664,81
DISPÊNDIOS OPERACIONAIS			781.596,59
Pessoal	236.263,67		
Eventos	157.741,05		
Tributários	8.950,09		
Financeiros	1.043,88		
Gerais	369.329,81		
Diretoria	8.268,09		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS			781.596,59
INGRESSOS FINANCEIROS			17.545,88
Juros Aplicação Financeira	15.252,17		
Juros Ativos	241,58		
Ressarcimento de Despesas	2.052,13		
TOTAL INGRESSO FINANCEIRO			17.545,88
RESULTADO (SUPERÁVIT)			64.614,10

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2011

DESCRIÇÃO	DATA	SUPERAVIT ACUMULADO	PATRIMONIO LÍQUIDO
Saldo em 31/12/2010	31/12/2010	330.221,14	330.221,14
Ajuste Exerc. Anteriores		(270,00)	(270,00)
Resultado do exercício		64.614,10	64.614,10
Saldo em 31/12/2011	31/12/2011	394.565,24	394.565,24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais - ANFIP/MG é uma sociedade civil, com personalidade jurídica própria, com fins não econômicos, atuação, representação e jurisdição em todo o Estado de Minas Gerais, que congrega os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil em todo o Estado, integrantes da carreira de Auditoria Fiscal da Receita Federal a qual integra a estrutura do serviço público federal, com esta denominação ou por outra pela qual vierem a ser designada os respectivos cargos e/ou categoria funcional. Suas atividades compreendem basicamente:

I – conhecer o pensamento, as aspirações e as reivindicações da classe e dos associados;

II – promover a união, a harmonia e a solidariedade entre os associados;

III – representar e defender os associados coletiva ou individualmente, judicial ou extrajudicialmente, por todos os meios legais permitidos, nas questões relacionadas com suas atividades profissionais como Auditor Fiscal e, quando autorizada por decisão da Assembléia Geral ou do Conselho Executivo, impetrar ações para defesa dos direitos constitucionais e legais vinculados à condição funcional, salarial, de direitos, vantagens e benefícios financeiros e previdenciários, bem como representá-los nos assuntos de interesse profissional, para o que desde já conta com a autorização dos associados;

IV – desenvolver atividades aprovadas pelo Conselho Executivo, destinadas a:

a) realizar estudos, debates e discussões quanto à técnica profissional da carreira em especial e quanto ao regime jurídico e aos benefícios dos associados como servidores públicos;

b) desenvolver eventos culturais, recreativos, sociais e esportivos em geral, inclusive proporcionando os meios para expansão cultural e técnico-profissional dos associados, diretamente ou através de convênios;

c) prestar aos associados assistência e intermediação na contratação de seguros em grupo, conforme convenio já existente, ficando autorizado, a critério do Conselho Executivo, a realização de novos convênios da mesma

natureza, observados os interesses dos associados;

V – promover entendimentos com órgãos especializados visando ao aprimoramento dos métodos e das normas de trabalho profissional da classe, objetivando a racionalização do trabalho fiscal em relação à sua qualidade, objetividade, execução, dificuldade e complexidade;

VI – divulgar, por intermédio de órgão próprio, a orientação, os esclarecimentos e as informações sobre assuntos de interesse funcional, fiscal-tributário, de seguridade social e outros de interesse da classe e da entidade;

VI – manter intercâmbio e, quando do interesse dos associados, ação conjunta com as demais entidades representativas dos servidores públicos, resguardadas, sempre, a sua soberania e os objetivos do presente Estatuto;

VII – manter biblioteca especializada em legislação e assuntos relacionados ao trabalho dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

2 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras representam o principal meio informativo da situação patrimonial e financeira da entidade. Logo deverão expressar de modo claro, efetivo e transparente os resultados auferidos junto aos investidores, fornecedores, associados, colaboradores, governantes, instituições financeiras, etc.; que tenham ou possam vir a ter interesse na avaliação da situação da entidade em determinado momento ou em seu progresso ao longo do tempo.

Considerando o objetivo de prestar informações ao usuário, faz-se necessário que além da aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade, cuidados especiais sejam

dedicados no que diz respeito à forma ao conteúdo e ao nível de detalhe das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância à legislação societária na Lei nº 6.404/76 e em consonância as alterações requeridas pela Lei nº 11.638/2007 e Medida

Provisória nº 449/2008, sendo que as demonstrações dos resultados dos exercícios, das mutações patrimoniais, resultem de simples acumulação de valores nominais das transações. Sua análise e quaisquer inferências devem levar em conta os índices inflacionários presentes em nossa economia.

b – ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA

Com o intuito de possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelo Conselho Monetário Nacional, o governo editou em 28 de dezembro de 2007 a Lei nº 11.638/2007 que entrou em vigor a partir do exercício de 2008.

As principais alterações nas práticas contábeis promovidas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 36 e 37 da Medida Provisória nº 449/2008 aplicáveis a sociedade, adotadas para elaboração das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em dezembro de 2010, foram às seguintes:

I – Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração do fluxo de caixa, elaborada conforme regulamentação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa;

II – Introdução da demonstração do valor adicionado, elaborada conforme regulamentação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado;

III – Obrigatoriedade de análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível (teste de impairment), conforme regulamentado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábil CPC 01 – Redução do Valor Recuperável dos Ativos;

IV – Reclassificação dos elementos do patrimônio em:

a – NO ATIVO – Ativo Circulante e Ativo Não Circulante (dividido em Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível), Medida Provisória nº 449/2008;

b – NO PASSIVO – Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido (dividido em Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimônio, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos

Acumulados), Medida Provisória nº 449/2008.

V – Eliminação da apresentação de rubrica “Resultado Não Operacional” na demonstração do resultado conforme regulamentado pela Medida Provisória nº 449/2008, cc artigo 187, inciso IV da Lei nº 6.404/76.

c – PRINCÍPIO CONTÁBIL

Na elaboração da escrituração comercial, adotamos o Princípio Contábil de Competências dos Exercícios que de conformidade á legislação do Imposto de Renda, artigo nº 273 Decreto nº 3.000/1999, RIR/99 o elege como regra geral para reconhecimento de receitas e despesas segundo o qual estas devem ser reconhecidas na apuração do resultado do ano-calendário em que forem auferidas e incorridas respectivamente, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento, artigo 177 Lei nº 6.404/76 LSA.

d – ATIVO NÃO CIRCULANTE IMOBILIZADO

Os bens incorporados ao ATIVO NÃO CIRCULANTE, imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição, combinados com os seguintes aspectos:

- As contas integrantes do imobilizado, bens em operação foram depreciados, e

- As depreciações foram feitas pelo método linear com base no prazo de vida útil dos bens e conformidade com o que estabelecem os artigos 309 e 310 do Decreto nº 3.000/199, RIR/99.

Apresentamos a seguir a composição das contas integrantes ao ATIVO NÃO CIRCULANTE, imobilizado líquido das respectivas depreciações.

COMPOSIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE: IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO	DEPRECIADO (%)
Imóveis	214.853,92	51.168,30	163.685,62	23,82
Móveis e Utensílios	61.147,94	56.434,85	4.713,09	92,29
Máquinas Equipamentos	23.600,80	13.213,84	10.386,96	55,99
Equipamentos Informática	32.261,85	25.914,21	6.347,64	80,32
TOTAL	331.864,51	146.731,20	185.133,31	44,21

e – CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇO

A partir de 01/1996 em função do disposto no artigo 4º da Lei nº 9.249/1995, parágrafo único cc artigo 446 do Decreto nº 3.000/1999, RIR/99, a correção das demonstrações financeiras deixou de existir, portanto as contas integrantes do IMOBILIZADO e do PATRIMÔNIO LÍQUIDO estão demonstradas aos seus valores originais, ou seja, pelo custo de aquisição.

f – PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída de um evento passado e é provável que um recurso econômico para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e da obrigação assumida. As contingências estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

g – DECADÊNCIA FISCAL/TRIBUTÁRIA DA ESCRITURAÇÃO

Os impostos diretos e indiretos estão sujeitos a inspeções a serem realizadas por autoridades tributárias por períodos variáveis que, à exceção dos impostos/contribuições relativos à mão-de-obra, normalmente não excedem há cinco anos, pois, após esse período entram em decadência.

Portanto, os próximos 5 (cinco) anos é o prazo para revisão, pelas autoridades fiscais, da escrituração fiscal e contábil.

h – ATIVO CIRCULANTE

Conforme definido em regulamento a partir de 01/01/2004 o Fundo Financeiro ANFIP/MG para Patrocínio de Eventos de Interesse dos associados – FUNFAPEA, que visem atender o interesse dos associados. Os recursos financeiros do Fundo serão utilizados para atender a realização de eventos idealizados, sendo constituído de 2,95% sobre parte da contribuição estatutária mensal dos associados, estão definidos nas contas de poupança do Banco do Brasil S/A na quantia de R\$ 28.870,61 (Ati-

vos) e Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 43.031,17 (Aposentados e Pensionistas). Estes saldos são os constantes do balanço encerrado em 31/12/2011. E composto também de aplicação de CDB DI no Banco do Brasil S/A na quantia correspondente em R\$ 149.000,00, Título de Capitalização – Ourocap no valor de R\$ 5.000,00, BB CP Automático em R\$ 197,21, Caixa Suprimento R\$ 2.301,40 e Bancos Conta Movimento R\$ 447,98 (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).

i – Na Demonstração de Resultado “ Ingresso de Festas” refere-se ao coteio dos associados nos eventos sociais; Assim o total dos Dispêndios com Eventos, considerando a participação financeira dos associados, é de R\$ 144.105,05

j - EMPRESTIMO/FINANCIAMENTOS

Valores referentes a pequenos empréstimos a empregados da entidade e subsidio à associados da ANFIP/MG.

CONSELHO EXECUTIVO

Afonso Ligório de Faria
Presidente

Ana Maria Moraes da Silva
Vice Presidente Executivo

Nelson Madalena Penitente
Vice-Presidente Administrativo

Marcos Nilton Lima
VP Finanças e Patrimônio

Carlos Roberto Bispo
VP Política de Classe e Cultural Profissional

Maximiliano Fernandino
Vice Presidente de Assuntos jurídicos

Ilva Maria Franca Lauria
VP Comunicação e Relações Públicas

Minervino Alves de Oliveira
VP Aposentados, P e S. Assistenciais

Sineida Ribeiro Sales
VP Esportes e Eventos Sociais

Idalmo Amauri de Oliveira
Contador – CRC/MG 41.133/0